



IV Colóquio de História da Educação

ESTIGMA E MEMÓRIAS SENSÍVEIS: AS INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO INFANTOJUVENIS COMO PARADIGMAS DA MENORIDADE NO BRASIL.

Educação patrimonial e educação escolar

*Camila Serafim Daminelli*¹, camis.hst@gmail.com

1 Introdução

Desde a promulgação do primeiro corpo de leis da América Latina voltado à população infantojuvenil – o Código de Menores de 1927 – o Estado brasileiro vêm tomando para si a função de assistir, educar ou reinserir socialmente as crianças e adolescentes cujas famílias foram consideradas incapazes de prover o seu desenvolvimento. As instituições criadas, ainda nas primeiras décadas do século XX, foram os Institutos Disciplinares, Correccionais e Educacionais, onde o regime fechado de internação, no qual vigorava a recuperação pelo trabalho, fora privilegiado (SANTOS, 2009, p.216).

Na década de 1940, durante o Estado Novo, o Serviço de Assistência ao Menor – SAM fora criado visando concentrar as ações assistenciais infantojuvenis nos âmbitos públicos e privados (RIZZINI, 2011, p.262). Tivera como objetivo tornar-se nacional e visar políticas voltadas às famílias de origem ou adotivas; acabou solapado em caráter de urgência pela junta militar que tomara o poder em 1964, afamado *escola do crime*, cuja política girou em torno de um abrigo compulsório sem finalidades educativas ou profissionalizantes realmente executadas.

Até meados da década de 1980, quando as Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor – FEBEMs entraram em colapso, era linguagem comum aos operadores da

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. É Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010) e Mestra em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2013). Atua na área de concentração da História do Tempo Presente, investigando as políticas sociais para a população infantojuvenil no Brasil, durante o século XX. Atualmente realiza pesquisa sobre os discursos sobre a minoridade no Brasil, no contexto da ditadura militar (1964-1979). É pesquisadora associada do Laboratório de Relações de Gênero e Família - LABGEF e do Laboratório de Ensino de História - LEH, ambos da Universidade do Estado de Santa Catarina.



IV Colóquio de História da Educação

política nacional falar do abrigamento como último recurso à ressocialização infantojuvenil – já que era, dentre outras coisas, demasiado oneroso administrar uma instituição total, responsável pelo abrigamento permanente, pela educação escolar básica, profissionalização ou pela educação por reclusão. Crianças e adolescentes em *situação irregular* ou em vias de o ser, ambas as demandas da Política Nacional do Bem Estar do Menor, somavam cerca de um terço da população infantojuvenil brasileira, a passar em algum momento pelos Centros de Bem Estar e pelas Fundações Estaduais ou programas de assistência por elas executadas, conforme diagnóstico do Censo de 1970 (VOGEL, 2011, p. 292). Padecera de um mal originário a dita fundação anti-SAM: herdara a cultura do abrigamento, de instituições corretivas em que o viés educacional fora deixado de lado, além do mobiliário e de toda uma arquitetura de encarceramento e repressão da qual não pôde disvincular-se, bem o contrário, a reproduziu largamente.

Sucessivas doutrinas e instituições foram operacionalizadas e construídas, ao longo do século XX, com vias a romper com a política da institucionalização e desfazer-se dos *fantasmas das heranças*: do Serviço de Assistência ao Menor à Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e desta às Fundações CASA (Centros de Assistência Sócioeducativa ao Adolescente) ou os CASEs (Centros de Atenção Socioeducativos), sem, contudo, que a materialidade espacial dessas instituições pudesse ser, de fato, (re)significada.

Quando *solapadas*, cada uma dessas políticas e instituições operacionalizadoras subestimam o valor do simbólico na construção de políticas de assistência pretensamente novas, a serem executadas em espaços cujo imaginário social e as experiências que ali tiveram lugar qualificaram como negativas. Por outro lado, o espectro não pode desfazer-se, uma vez que a documentação gerada outrora é descartada ou *arquivada*, num eufemismo que não se refere à outra coisa senão a um depósito de documentos aos quais dificilmente os pesquisadores têm acesso.

Esta comunicação visa problematizar a ausência de políticas de memória que possibilitem questionar a utilização de espaços de abrigamento e reclusão infantojuvenis como palimpsestos, ou seja, cujos usos objetivaram apagar uma memória traumática ligada aos antigos centros através da construção de novas políticas, a ocupar os mesmos espaços. Essa prática, em parte justificada pelas experiências negativas em termos de reeducação da população infantojuvenil – afinal de contas, seu objetivo propalado -



IV Colóquio de História da Educação

acaba por inviabilizar que as práticas que ali tiveram lugar sejam jogadas à luz, impossibilitando fazer daqueles espaços lugares de questionamento, de reflexão acerca de políticas e das memórias cuja materialidade se encontra na arquitetura, nas práticas que permanecem como testemunhos d'outros tempos, enfim, nos arquivos. Segundo Meneguello (2014, p.47), se tratam de patrimônios, tombados ou não, de difícil leitura nas tramas da cidade ou de dolorosa rememoração, mas cuja reflexão, devido ao dever de não esquecimento, pode devolver à coletividade a compreensão das lacunas do seu passado.

No estado de Santa Catarina, para ater-se a um estudo de caso, existem propostas de patrimonialização de espaços sensíveis em curso, tais como a Penitenciária de Florianópolis e o Hospital Colônia Sant'Ana, cujos arquivos estão sendo catalogados, sendo a construção de espaços de memória que deem lugar à educação patrimonial, algumas das demandas apresentadas. No caso das instituições de abrigo/educacionais em reclusão voltadas aos infantojuvenis, a falta de reflexão sobre esses espaços parece não desatar nó algum; o Centro Educacional São Lucas, por exemplo, espaço de encarceramento infantojuvenil criado na década de 1970, fora desocupado mediante determinação do Ministério Público, vindo a ser abandonado no ano de 2005. Já a Cidade da Criança, local onde se executam atualmente atendimentos ligados aos programas sociais, também na capital do estado, fora construída para dar lugar ao Abrigo de Menores de Santa Catarina, finalizado em inícios da década de 1940. Transformado em abrigo provisório pela Fundação Estadual do Bem Estar do Menor e em Centro de Repeção e Triagem, pela mesma instituição, jamais logrou desfazer-se da experiência do passado, sendo ainda referenciado por muitos como *o lugar do abrigo*.

As reflexões apresentadas nesta comunicação são oriundas dos estudos de doutoramento em História que realizo junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Tempo Presente da Universidade do Estado de Santa Catarina. A hipótese-problema que investigo gira em torno da criminalização da população infantojuvenil durante o período clímax da Política Nacional do Bem Estar do Menor no Brasil, entre 1964 e 1979, momento em que, frente à incapacidade das políticas de geração de renda e de normatização das condutas, a política nacional sequestrou em grande número as crianças e adolescentes cuja experiência escolar, familiar, de rua e socialização eram consideradas indevidas. O resultado foi uma política de massas que operava, portanto,



IV Colóquio de História da Educação

na lógica da *Situação Irregular*, para a qual o Estado tornaria-se responsável por toda criança ou adolescente privado: de representação jurídica; das condições materiais básicas para o seu desenvolvimento; vítima de exploração em situação contrária aos bons costumes ou de castigos imoderados; além dos autores de atos infracionais.

Da dificuldade em romper com a lógica da menoridade, emergida através da política de institucionalização, advém as reflexões apresentadas, que questionam os usos e as políticas de memória, mobilizadas ou não, acerca desses espaços, para a alteração do paradigma que criminaliza uma parcela da população em termos de classe, gênero e raça/etnia.

REFERÊNCIAS

LIMA, Paulo Alexandre Monteiro. **Reconversão da Penitenciária e sua reinserção urbana**: Museu da resistência. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. 2010. Universidade de Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia.

MENEGUELLO, Cristina. Patrinônios sombrios, memórias difíceis. In: FLORES, Maria Bernadete Ramos; PETERLE, Patrícia (Orgs.). **História e Arte**: herança, memória e patrimônio. São Paulo: Rafael Copetti Editor, 2014. pp. 46 – 65.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e Tempo Presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAIFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp.21-36.

NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**. Volume 2. Ano 2. 2011. pp.209 - 217. Disponível em: <http://www.geipar.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2012/07/Napolitano.pdf>

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, pp.347-375.

RIZINNI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. In: PILOTTI, Francisco; RIZINNI, Irene (orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, pp.225 – 286.

RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. **As tramas do cárcere**: a institucionalização de crianças, jovens e adultos. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo.

TIESEN, Icléia; ALMEIDA, Priscila Cabral. Lugares de Memória da ditadura e a patrimonialização da experiência política. In: **Revista Museologia e**



IV Colóquio de História da Educação

Interdisciplinarietà. V. 04, n. 08, dez. 2015. Brasília: Universidade de Brasília. pp. 15 – 30.